

INTRODUÇÃO	35
Por que reconstruir a relação entre recursos e ações autônomas de impugnação?.....	35
Perspectiva e importância do direito estrangeiro	45
A relevância da jurisprudência para este estudo	47
Delimitação da abordagem	48
Estrutura do trabalho	50

PARTE I

SISTEMA DE CONTROLE DOS ATOS JUDICIAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo 1

ELEMENTOS DE UM SISTEMA DE CONTROLE DOS ATOS JUDICIAIS	55
1.1. Características da atividade de controle judicial	56
1.2. Fundamentos para o controle da decisão judicial	61
1.2.1. Crítica ao duplo grau de jurisdição	63
1.2.2. O controle da jurisdição sobre a jurisdição	69
1.3. Amplitude e limitações do controle dos atos judiciais	75
1.4. Função de controle dos tribunais: complexidade de atribuições e variedade de mecanismos de acesso	81
1.5. Múltiplas vias de controle no processo civil	86
1.5.1. Controle de ofício, por exceção ou por objeção	87
1.5.2. Incidentes de controle	92
1.5.3. Controle por regras de competência	96
1.5.4. Controle por atos de cooperação judiciária nacional	104
1.5.5. Controle por meios de impugnação	107
1.5.5.1. Histórico da distinção entre recursos e ações de impugnação como mecanismos de controle	115
1.5.5.1.1. Evolução da distinção entre meios de impugnação para controle de invalidade e de injustiça da decisão	116

1.5.5.1.2. As especificidades do direito brasileiro na divisão entre recursos e ações autônomas de impugnação	122
1.6. Conclusão parcial: os meios de impugnação como elementos integrantes de um sistema de controle	131

Capítulo 2

SISTEMA DE CONTROLE E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO: SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA ENTRE RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS 135

2.1. Revisão sistemática do controle dos atos judiciais por meios de impugnação	137
2.1.1. Justificativas tradicionais da impugnação por recurso	138
2.1.2. Irrelevância do prévio exercício dos direitos de ação e de defesa para impugnação de ato judicial	143
2.1.3. O direito de impugnar e a identidade entre recursos e ações autônomas de impugnação	153
2.1.4. Meios de impugnação e o exercício do direito de impugnar contra o ato judicial.....	157
2.1.5. Controle por recursos e ações autônomas desatrelado do direito de impugnar.....	162
2.1.6. Aproximação entre recursos, ações autônomas de impugnação e demandas impugnativas de outros atos jurídicos	164
2.2. Falibilidade do sistema recursal e opções legítimas por ações autônomas de impugnação	170
2.2.1. Ação autônoma de impugnação cabível por ausência de recurso	174
2.2.2. Ação autônoma de impugnação cabível por ineficiência do recurso.....	177
2.2.3. Ação autônoma de impugnação cabível em paridade com o recurso.....	180
2.3. Classificação dos meios de impugnação segundo o momento de empregá-los: proposta de sistematização	182
2.3.1. Meios de impugnação cabíveis exclusivamente antes do trânsito em julgado	187
2.3.1.1. Recursos.....	187
2.3.1.2. Reclamação.....	192
2.3.1.3. Embargos de terceiro	195
2.3.2. Meios de impugnação cabíveis posteriormente ao trânsito em julgado	198
2.3.2.1. Ação rescisória	198

2.3.2.2. Ação de invalidação	203
2.3.2.3. Mandado de segurança contra ato judicial	207
2.3.2.4. <i>Habeas corpus</i>	214
2.3.2.5. <i>Actio querela nullitatis</i>	216
2.3.2.6. Impugnação ao cumprimento de decisão fundada em norma inconstitucional	222
2.3.2.7. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	225
2.3.2.8. Impugnação da tutela antecipada antecedente estabilizada.....	229
2.3.2.9. Ação revisional	231
2.4. Conclusões parciais: identidade entre recursos e ações autônomas em torno do direito de impugnar e regime jurídico recursal.....	236

PARTE II

DINAMICIDADE DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo 3

PERFIL ESTRUTURAL E EQUIVALÊNCIA FUNCIONAL DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	239
3.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito nos recursos e nas ações de impugnação	240
3.1.1. Juízo de admissibilidade nos meios de impugnação.....	241
3.1.1.1. Interesse em impugnar: interesse recursal e interesse para as ações autônomas de impugnação.....	245
3.1.1.1.1. Necessidade do meio de impugnação: interferências recíprocas entre recursos e ações autônomas.....	253
3.1.1.1.2. Utilidade dos meios de impugnação.....	259
3.1.1.1.3. Interesse para o controle do capítulo decisório e interesse para controle da motivação.....	262
3.1.1.1.4. Multilateralidade de interesses para impugnar: pluralidade de legitimados para a impugnação do ato judicial.....	265
3.1.2. Juízo rescindente e juízo rescisório nos meios de impugnação	275
3.2. Efeitos dos recursos em confronto com as ações autônomas de impugnação: interferência legal e identificação do regime jurídico recursal.....	279
3.2.1. Efeito obstativo dos recursos e o momento do trânsito em julgado	281

3.2.1.1. Repercussões sobre a estabilidade da decisão judicial impugnada por recurso e por ação autônoma.....	286
3.2.2. Efeito devolutivo dos recursos e o objeto das ações autônomas de impugnação	292
3.2.2.1. Extensão do efeito devolutivo e extensão da ação autônoma de impugnação	296
3.2.2.2. Proibição de <i>reformatio in pejus</i> nos recursos e o dever de congruência nas ações autônomas de impugnação.....	302
3.2.2.3. Profundidade do efeito devolutivo e objeto das ações autônomas de impugnação	306
3.2.2.3.1. Recursos fundamentação livre e recursos de fundamentação vinculada.....	309
3.2.2.3.2. Ações autônomas de impugnação cabíveis anterior e posteriormente ao trânsito em julgado.....	314
3.2.2.3.3. Questões cognoscíveis de ofício nos recursos e nas ações autônomas de impugnação	317
3.2.3. Eficácia da decisão impugnada por recursos e por ações autônomas.....	320
3.2.3.1. Efeito suspensivo.....	325
3.2.3.2. Tutela provisória nos meios de impugnação	328
3.3. Conclusão parcial: equivalência funcional dos meios de impugnação e os efeitos recursais como características do regime jurídico recursal	331

Capítulo 4

CONVIVÊNCIA E INTERAÇÃO ENTRE MEIOS DE IMPUGNAÇÃO 335

4.1. Sucedâneos recursais: indefinição teórica e prevalência de um sistema de controle	336
4.1.1. Tratamento jurisprudencial do “sucadâneo recursal” e a desvalorização de um sistema de controle.....	341
4.1.2. Generalização do pré-questionamento?	344
4.2. Taxatividade nos meios de impugnação e regime jurídico recursal	347
4.2.1. Procedimento impugnativo e flexibilização procedimental	350
4.2.2. Complexidade da atuação judicial e insuficiência do modelo unidirecional decisão-recurso	356
4.2.2.1. Condutas omissivas	360
4.2.2.2. Atos judiciais no âmbito da cooperação judiciária nacional	363
4.2.3. Modalidades de limitação impugnativa	366
4.3. Unirrecorribilidade e multiplicidade de ataques contra atos judiciais: curso e litispendência impugnativa.....	370

4.4. Juízo de identificação, fungibilidade e saneamento.....	376
4.4.1. Dúvida objetiva, erro grosseiro e múltiplas formas de superação de formalismos.....	383
4.4.2. Releitura da boa-fé para a fungibilidade e a integração do sistema de correção de erros nos variados meios de impugnação.....	386
4.5. Impugnação coletiva de atos judiciais e ações autônomas de impugnação repetitivas.....	388
4.5.1. Impugnação coletiva de atos judiciais: a figura do <i>habeas corpus</i> coletivo.....	388
4.5.2. Outras vias para a tutela coletiva impugnativa	392
4.5.3. Ações autônomas de impugnação repetitivas	396
4.6. Conclusão parcial: convivência e interação entre meios de impugnação e a complexidade do controle dos atos judiciais.....	399

Capítulo 5

REDIMENSIONAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E TRÂNSITO EM JULGADO 401

5.1. Limitações impugnativas e trânsito em julgado	401
5.1.1. Confronto entre as limitações impugnativas anteriores e posteriores ao trânsito em julgado.....	406
5.1.2. Dependência cognitiva no controle das questões de direito	412
5.1.3. Reflexos das estabilidades nas limitações impugnativas	414
5.1.4. Os deveres de fundamentação em demandas impugnativas de atos judiciais.....	421
5.2. Transformações no perfil de controle dos meios de impugnação	423
5.2.1. Acesso aos tribunais superiores: o modelo impugnativo dos recursos extraordinário e especial	424
5.2.1.1. Os reflexos da repercussão geral sobre o perfil impugnativo do recurso extraordinário.....	424
5.2.1.2. Os impactos do filtro de relevância da questão federal e da técnica de recursos repetitivos sobre a utilidade do recurso especial	428
5.2.1.3. Características do sobrestamento dos recursos extraordinário e especial.....	432
5.2.2. Atual disciplina da ação rescisória: amplitude e funções	438
5.2.2.1. Alargamento do espectro da ação rescisória	438
5.2.2.1.1. Enunciado n. 343 de súmula do STF e a amplitude para o controle de violação à norma jurídica por ação rescisória	447

5.2.2.1.2.	Ação rescisória e uniformização de jurisprudência: isonomia e segurança jurídica.....	452
5.2.2.1.3.	Crítica à tendência de cabimento da ação rescisória se a uniformização ocorrer após o trânsito em julgado	456
5.2.3.	Revisão do interesse para ação rescisória na sua relação com o trânsito em julgado	457
5.3.	Conclusão parcial: reflexões sobre a relação entre meios de impugnação e trânsito em julgado.....	467
CONCLUSÕES GERAIS		471
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		477